



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA DA JUSTIÇA

Ex.<sup>ma</sup> Senhora  
Chefe do Gabinete de  
Sua Excelência o Secretário de Estado dos  
Assuntos Parlamentares  
Palácio de S. Bento  
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA  
Of. n.º 2883  
Ent. 4649

SUA COMUNICAÇÃO DE  
26.11.2019

NOSSA REFERÊNCIA  
P.º 9474/2019  
N.º 390

DATA  
23 DEZ 2019

**ASSUNTO:** Resposta à pergunta 272/XIV/1.<sup>a</sup> de 26 de novembro de 2019, do Grupo Parlamentar do PSD - Partido Social Democrata (Deputados Luís Leite Ramos, Cláudia Bento e Artur Soveral) - Estado de degradação dos tribunais - Comarca de Vila Real.

Em referência ao V. ofício acima indicado, junto tenho a honra de remeter a V. Ex.<sup>a</sup> a resposta à pergunta melhor identificada em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Henrique Antunes



## NOTA

**Assunto: Resposta à pergunta 272/XIV/1.<sup>a</sup> de 26 de novembro de 2019, do Grupo Parlamentar do PSD - Partido Social Democrata (Deputados Luís Leite Ramos, Cláudia Bento e Artur Soveral) - Estado de degradação dos tribunais - Comarca de Vila Real.**

Os Senhores Deputados Luís Leite Ramos, Cláudia Bento e Artur Soveral Andrade do PSD questionam, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, o Ministério da Justiça sobre o *Estado de degradação dos tribunais - Comarca de Vila Real*.

«1. Qual o balanço que faz em relação às situações denunciadas no último relatório da Comarca de Vila Real no que se refere a necessidades de intervenção no edificado?»

«2. Que medidas urgentes já tomou para pôr cobro às situações denunciadas nesse relatório?»

«3. Qual a razão pela qual o Tribunal de Peso da Régua aguarda há três anos para avançar com a obra projetada? E a que se devem os atrasos na realização das intervenções nos tribunais de Alijó e Montalegre?»

«4. Para quando estão previstos o início e a conclusão das obras de requalificação dos tribunais de Peso da Régua, Alijó e Montalegre?»

Às questões colocadas, cumpre informar que:

1. O balanço do investimento realizado na última legislatura pelo Ministério da Justiça, através do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P., (IGFEJ), no edificado na Comarca de Vila Real traduz-se no seguinte: 6 obras concluídas, em 3 edifícios (Palácio da Justiça de Vila Pouca de Aguiar, Palácio da Justiça de Murça e o novo edifício do Juízos de Vila Real - anterior Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), com um encargo global de 1.610.120€; foi concluída a instalação do Tribunal + em 2 edifícios.



No mais, encontram-se em curso: a empreitada de instalação de equipamentos de segurança em 1 edifício pelo valor de 35.136,50 €, os procedimentos para remodelação dos Palácios da Justiça de Peso da Régua e de Montalegre e os projetos de adaptação do Palácio de Justiça de Chaves, de remodelação dos espaços de detenção dos Tribunais e de instalação do Tribunal +.

Esclarece-se que não existem *situações denunciadas*, conforme mencionado na pergunta, uma vez que existe um sistema de recolha e registo de informações transmitidas ao IGFEJ pelo Tribunal, após o que são tomadas ações e medidas concretas tendo em vista a resolução dos problemas identificados.

2. As medidas tomadas foram referidas na pergunta 1.
3. No que se refere ao Palácio da Justiça de Peso da Régua, a abertura do procedimento para a empreitada assim como a respetiva Portaria de Extensão de Encargos já foram aprovadas.

A abertura do procedimento para a empreitada do Palácio da Justiça de Montalegre foi aprovada em julho deste ano.

Por último, no que respeita o Palácio de Justiça de Alijó encontra-se a ser elaborado o programa preliminar para a realização das intervenções necessárias.

4. Estima-se que os procedimentos relativos aos Palácio da Justiça de Peso da Régua e de Montalegre se possam iniciar em 2020. No que diz respeito ao Tribunal de Alijó é prematuro avançar-se com uma estimativa, visto que ainda não existe projeto.

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, 20 de dezembro de 2019